

ACTIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	375 895,39		332 741,41
Ativos intangíveis	5	370,56		0,00
Investimentos financeiros	12.1	66,21		4,41
		376 332,16		332 745,82
Activo corrente				
Inventários	7	167,98		172,55
Créditos a receber	12.3	61 600,34		56 604,63
Estado e outros entes públicos	12.9	1 179,99		1 436,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	24 236,45		19 877,45
Diferimentos	12.5	1 434,55		1 056,33
Outros ativos correntes	12.4	20 344,89		132,80
Caixa e depósitos bancários	12.6	21 583,34		9 306,81
		130 047,54		88 587,10
Total do ativo		506 879,70		421 332,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Reservas	12.7	39 732,11		39 732,11
Resultados transitados	12.7	7 221,61		6 888,33
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9/12.7	318 908,57		299 861,00
		365 862,29		346 481,44
Resultado líquido do período		18 089,61		333,28
Total dos fundos patrimoniais		383 951,90		346 814,72
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	6	31 609,57		0,00
		31 609,57		0,00
Passivo corrente				
Fornecedores	12.8	60 398,10		52 053,52
Estado e outros entes públicos	12.9	2 555,38		4 404,66
Diferimentos	12.5	8 888,25		0,00
Outros passivos correntes	12.10	19 476,50		18 060,02
		91 318,23		74 518,20
Total do passivo		122 927,80		74 518,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		506 879,70		421 332,92

A Direção

Contabilista Certificado

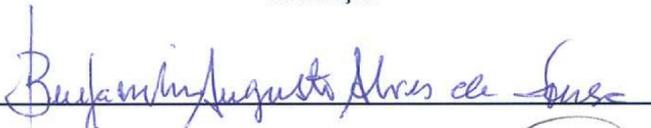
Benedito Augusto Alves de Sousa
 Vítor Augusto Alves de Sousa
 Manuel Oliveira dos
 Miguel Barbosa
 Carla Leite Dias

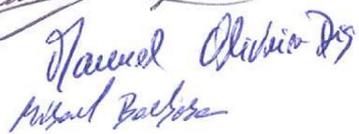
[Handwritten signature]

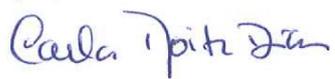
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	8	343 323,91	350 408,44
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	86 676,06	66 662,54
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-5 430,67	-4 295,26
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-270 778,27	-286 102,74
Gastos com o pessoal	10	-127 491,97	-114 400,20
Outros rendimentos	12.13/12.1	14 915,01	8 618,74
Outros gastos	12.14	-1 367,98	-5 193,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		39 846,09	15 698,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-21 756,48	-15 364,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 089,61	333,28
Resultados antes de impostos		18 089,61	333,28
Resultado líquido do período		18 089,61	333,28

A Direção

Contabilista Certificado









Entidade: ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITARIA CANELAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 5030066

Moeda: Eu

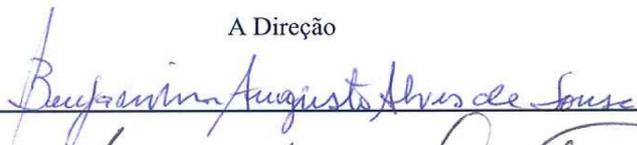
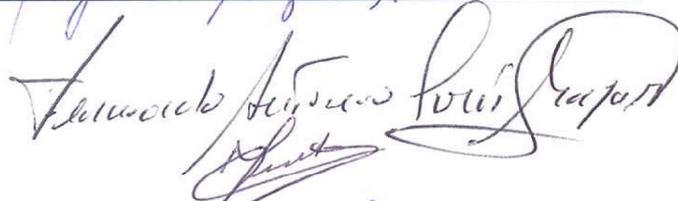
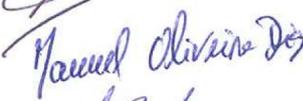
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	Centro Convívio	Transporte Doentes	Medicina Física e Reabilitação	PERÍODOS	
						2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	60 412,03	2 562,26	74 968,18	205 381,44	343 323,91	350 41
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10/12.12	-18 935,45	-418,16	0,00	-191 124,29	-210 477,90	-227 8
Resultado Bruto		41 476,58	2 144,10	74 968,18	14 257,15	132 846,01	122 5
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.15	49 632,30	7 180,29	44 253,48	525,00	101 591,07	75 2
Gastos administrativos	4/5/12.12	-86 760,31	-20 563,30	-107 655,88	0,00	-214 979,49	-192 3
Outros Gastos	12.14	-272,85	-13,31	-556,82	-525,00	-1 367,98	-5 1
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 075,72	-11 252,22	11 008,96	14 257,15	18 089,61	3
Resultado antes de impostos		4 075,72	-11 252,22	11 008,96	14 257,15	18 089,61	3
Resultado líquido do período		4 075,72	-11 252,22	11 008,96	14 257,15	18 089,61	3

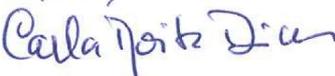
Handwritten signature and date: 2017/12/26

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		316 131,46	328 465,15
Pagamentos a fornecedores		-272 588,73	-330 910,00
Pagamentos ao pessoal		-89 349,16	-80 662,09
Caixa gerada pelas operações		-45 806,43	-83 106,94
Outros recebimentos/pagamentos		49 797,69	80 087,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 991,26	-3 019,34
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-32 410,50	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		500,00	0,00
Juros e rendimentos similares		24,08	2,44
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-31 886,42	2,44
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		31 863,50	0,00
Doações		9 345,57	2 749,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-800,93	0,00
Juros e gastos similares		-236,45	-180,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		40 171,69	2 569,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		12 276,53	-447,90
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		9 306,81	9 754,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		21 583,34	9 306,81

A Direção

Contabilista Certificado





ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS

Anexo

Demonstrações Financeiras

2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	12
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
12	Outras Informações	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
12.3	Créditos a receber	15
12.4	Outros ativos correntes	15
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
12.7	Fundos Patrimoniais	16
12.8	Fornecedores	16
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
12.10	Outros passivos correntes	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	17
12.13	Outros rendimentos	17
12.14	Outros gastos	18
12.15	Resultados Financeiros	18
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA DE CANELAS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 58, Série III, com sede em Rua Delfim Lima, 1881, Canelas – Vila Nova de Gaia. Tem os seguintes objetivos:

- Promoção e proteção social e o desenvolvimento das populações procurando acorrer aos setores mais vulneráveis, crianças e jovens, deficientes e idosos;
- Prestar apoio domiciliário a doentes ou feridos incluindo o transporte a clínicas ou centros hospitalares;
- Promover a proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

ATA Nº 64 (SESENTA E QUATRO)

---- Aos 28 dias do Mês de Março de 2018, nos termos do artº 18 nº 2 alínea b) dos Estatutos, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Associação de Solidariedade Humanitária de Canelas, com sede na Rua Delfim de Lima nº 1875, Canelas, Vila Nova de Gaia, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Ratificação da Ata da Assembleia Geral anterior.

2 – Discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas da Direção A.S.H.Canelas, e o Parecer do Conselho Fiscal relativo à Gerência do ano de 2017.

3 – Informação da Vida Associativa.

---- Estiveram presentes nesta Assembleia 19 (dezanove), Associados.-----

---- Pelos **Órgãos Sociais** estiveram presentes:-----

---- Pela **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**, Tomás Rodrigues, Carlos Xavier e Júlio Chamusca, pelo **Conselho Fiscal**, César Coutinho, António Almada e José Ribeiro, pela **Direção**, Benjamim Sousa, Fernando Marques, Manuel Pinto, Carla Moita, Manuel Dias, e Misael Barbosa.-----

---- **Ponto 1**-----

---- Procedeu-se à leitura e **Ratificação das Atas nº. 62, e nº.63** em continuação da anterior, tendo as mesmas sido colocadas à votação, e foram aprovadas com dezoito (18) votos a favor e uma (1) abstenção.-----

---- **Ponto 2**-----

---- Iniciou-se a discussão deste ponto (Dois) com a análise do **Relatório e Contas** relativo ao ano de 2017.-----

O Presidente da **MAG**. Tomás Rodrigues deu a palavra ao **Presidente da Direção**, Benjamim Sousa, para que prestasse os esclarecimentos necessários. Este por sua vez solicitou à **Tesoureira**, Carla Moita a explicação mais pormenorizada dos valores, constantes do **Relatório**, que pode ser consultado pelos associados.-----

---- A **Tesoureira**, Carla Moita, em posse do mapa do Relatório e Contas, já facultado e afixado na SEDE, para consulta dos associados, enumerou com algum pormenor os vários valores constantes do mesmo, aludindo que a Barraquinha do S. João, teve um valor positivo para a **Associação**, mencionando também um gasto para com a aquisição de **novas fardas para os motoristas e pessoal do Centro de Dia**. Disse que os transportes tiveram um aumento de cerca Vinte Mil Euros (20.000 €) valor que veio dar uma ajuda para a Associação. O Relatório e Contas fica arquivado em anexo a esta ATA-----

ATA Nº 64 (SESSENTA E QUATRO)

---- Aos 28 dias do Mês de Março de 2018, nos termos do artº 18 nº 2 alínea b) dos Estatutos, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Associação de Solidariedade Humanitária de Canelas, com sede na Rua Delfim de Lima nº 1875, Canelas, Vila Nova de Gaia, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Ratificação da Ata da Assembleia Geral anterior.

2 – Discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas da Direção A.S.H.Canelas, e o Parecer do Conselho Fiscal relativo à Gerência do ano de 2017.

3 – Informação da Vida Associativa.

---- Estiveram presentes nesta Assembleia 19 (dezanove), Associados.-----

---- Pelos **Órgãos Sociais** estiveram presentes:-----

---- Pela **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**, Tomás Rodrigues, Carlos Xavier e Júlio Chamusca, pelo **Conselho Fiscal**, César Coutinho, António Almada e José Ribeiro, pela **Direção**, Benjamim Sousa, Fernando Marques, Manuel Pinto, Carla Moita, Manuel Dias, e Misael Barbosa.-----

---- **Ponto 1**-----

---- Procedeu-se à leitura e **Ratificação das Atas nº. 62, e nº.63** em continuação da anterior, tendo as mesmas sido colocadas à votação, e foram aprovadas com dezoito (18) votos a favor e uma (1) abstenção.-----

---- **Ponto 2**-----

---- Iniciou-se a discussão deste ponto (Dois) com a análise do **Relatório e Contas** relativo ao ano de 2017.-----

O Presidente da **MAG**. Tomás Rodrigues deu a palavra ao **Presidente da Direção**, Benjamim Sousa, para que prestasse os esclarecimentos necessários. Este por sua vez solicitou à **Tesoureira**, Carla Moita a explicação mais pormenorizada dos valores, constantes do **Relatório**, que pode ser consultado pelos associados.-----

---- A **Tesoureira**, Carla Moita, em posse do mapa do Relatório e Contas, já facultado e afixado na SEDE, para consulta dos associados, enumerou com algum pormenor os vários valores constantes do mesmo, aludindo que a Barraquinha do S. João, teve um valor positivo para a **Associação**, mencionando também um gasto para com a aquisição de **novas fardas para os motoristas e pessoal do Centro de Dia**. Disse que os transportes tiveram um aumento de cerca Vinte Mil Euros (20.000 €) valor que veio dar uma ajuda para a Associação. O Relatório e Contas fica arquivado em anexo a esta ATA-----

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Edificações ligeiras	6
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de computador	892,00	460,02			1.352,02
Ativo Intangível Bruto	892,00	460,02	0,00	0,00	1.352,02
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	892,00	89,46			981,46
Depreciações Acumuladas	892,00	89,46	0,00	0,00	981,46
Ativo Intangível Líquido	0,00	370,56	0,00	0,00	370,56

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	31.609,57	31.609,57	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	31.609,57	31.609,57	0,00	0,00	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	178,70	4.289,11	0,00	172,55	5.426,10	0,00	167,98
Total	178,70	4.289,11	0,00	172,55	5.426,10	0,00	167,98
CMVMC				4.295,26			5.430,67

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descri�o	2017	2016
Presta�o de Serviços	343.323,91	350.408,44
Quotas de utilizadores	44.561,30	49.508,87
Quotas e joias	37.063,00	35.973,00
Transporte Doentes	53.842,27	33.222,31
Medicina Física e Reabilita�o - Fisioterapia	205.381,44	230.211,31
Serviços Sociais – Bar	2.475,90	1.492,95
Outros R�ditos	24,08	2,44
Juros e rendimentos aplica�es financeiras	24,08	2,44
Total	343.347,99	350.410,88

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descri�o	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstra�o Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstra�o Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	38.066,29	0,00	0,00	38.064,82
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	3.814,02	0,00	0,00	2.263,80
C M Vila Nova Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	33.584,92	0,00	0,00	23.584,92
J F Canelas	Não reembolsável	0,00	0,00	1.865,26	0,00	0,00	0,00
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	47.485,63	0,00	1.396,63	48.882,26	0,00	1.396,63
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	237.427,80	0,00	6.983,17	244.410,97	0,00	6.983,17
C M Vila Nova Gaia (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	27.615,02	0,00	4.248,48	0,00	0,00	0,00
Particulares (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	6.380,12	0,00	187,65	6.567,77	0,00	187,65
TOTAL		318.908,57	0,00	90.146,42	299.861,00	0,00	72.480,99

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos  rg os Sociais, nos períodos de 2016 e 2017, foram de “11”. No início do período de 2017 foram eleitos os  rg os Sociais para o quadri nio 2017/2020, que têm a seguinte composi o:

Assembleia Geral

Presidente – Benjamim Augusto Alves de Sousa;

Vice-Presidente – Alfredo Fernando Font o Pereira;

Secretário – Manuel Gomes.

Direção

Presidente – Paulo Joaquim Barbosa de Castro;

Vice-Presidente – Aurora Sousa Ferreira Fernandes;

Secretário – Francisco Manuel Santos Morgado;

Tesoureiro – Carla Alexandra de Castro Moita Dias;

Vogal – Manuel Silva Almeida.

Conselho Fiscal

Presidente – Maria Fernanda da Silva Leite;

Vice-Presidente – José Silva Ribeiro;

Relator – Joaquim Manuel Moreira Pinto.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 foram os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
3	Apoio no Centro Dia	900

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foram de “10” e em 31/12/2017 foram de “11”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	100.776,82	90.956,45
Encargos sobre as Remunerações	20.765,95	18.659,18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.602,59	1.006,25
Outros Gastos com o Pessoal	1.105,56	1.263,00
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	3.241,05	2.515,32
Total	127.491,97	114.400,20

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

No período de 2017 e 2016 a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	66,21	4,41
Total	66,21	4,41

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	24.236,45	19.877,45
Total	24.236,45	19.877,45

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	61.600,34	56.604,63
Total	61.600,34	56.604,63

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Entidades do Setor Publico Administrativo	20.212,09	0,00
Outros Devedores	132,80	132,80
Total	20.344,89	132,80

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.434,55	1.056,33
Total	1.434,55	1.056,33
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	8.888,25	0,00
Total	8.888,25	0,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.588,33	126,27
Depósitos à ordem	9.790,32	7.980,54
Depósitos a prazo	9.204,69	1.200,00
Total	21.583,34	9.306,81

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas	39.732,11	0,00	0,00	39.732,11
Resultados transitados	6.888,33	333,28	0,00	7.221,61
Outras variações nos fundos patrimoniais	299.861,00	31.863,50	-12.815,93	318.908,57
Total	346.481,44	32.196,78	-12.815,93	365.862,29

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	60.398,10	52.053,52
Total	60.398,10	52.053,52

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.179,99	1.436,53
Total	1.179,99	1.436,53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	280,00	430,00
Segurança Social	2.269,81	3.969,89
Fundos de Compensação	5,57	4,77
Total	2.555,38	4.404,66

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes				
Utentes	0,00	2.806,80	0,00	1.909,45
Credores por acréscimo de gastos	0,00	16.669,70	0,00	16.150,57
Total	0,00	19.476,50	0,00	18.060,02

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	77.330,49	63.913,54
Doações e heranças – Donativos	9.345,57	2.749,00
Total	86.676,06	66.662,54

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	205.047,23	223.532,54
Serviços especializados	30.367,92	27.319,25
Materiais	1.436,62	1.199,75
Energia e fluidos	17.093,07	18.001,94
Deslocações, estadas e transportes	126,00	196,00
Serviços diversos	16.613,44	15.682,47
Encargos com utentes	93,99	170,79
Total	270.778,27	286.102,74

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Rendimentos	14.890,93	8.616,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	48,85
Rendimentos em investimentos não financeiros	500,00	0,00
Outros	14.390,93	8.567,45
Juros e Rendimentos Similares	24,08	2,44
Juros obtidos	24,08	2,44
Total	14.915,01	8.618,74

12.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	714,98	545,00
Outros Gastos	653,00	4.648,28
Total	1.367,98	5.193,28

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	24,08	2,44
Total	24,08	2,44
Resultados Financeiros	24,08	2,44

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi o seguinte:

Centro de Dia – 25 utentes;

Centro Convívio – 8 utentes.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Canelas, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

